



## Código Penal poderá punir terrorismo e jogos de azar

Comissão especial que elabora anteprojeto de reforma do Código Penal aprovou as propostas em reunião na sexta-feira. Com isso, seriam revogadas as leis de Contravenções Penais e de Segurança Nacional

O presidente da comissão de juristas, Gilson Dipp, ministro do STJ, disse que os jogos são porta aberta para graves delitos, como tráfico de drogas e homicídios que os criminosos praticam para “manter seu território”. A exploração de jogos ilegais

seria punida com um a dois anos de prisão. No caso do terrorismo, a proposta prevê as situações que se enquadram nesse tipo de crime, com pena de 8 a 15 anos de reclusão. A comissão especial foi criada pelo Senado para propor alterações no Código Penal. **3**

Apreensão em Brasília durante operação contra o jogo do bicho: para o procurador Luiz Carlos Gonçalves, jogos deixaram de ser folclóricos e hoje são dominados por máfias



Renato Anajo/ABR

### Debate avalia problemas da cafeicultura em Rondônia

Em audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em Cacoal (RO), sexta-feira, debatedores culpam sobretudo a falta de acesso dos agricultores a financiamentos pela expressiva queda de produção na última década. **4**



Acir Gurgacz (3º à dir.) coordena encontro da comissão no interior de Rondônia para debater a produção de café

Guarim Liberman/Gabinete Senador Acir Gurgacz

### Comissão analisa reserva de 5% dos assentos para obesos

### Proteção do programa nuclear na pauta da semana

### Cristovam quer “esquerda política” para país avançar

### Rolleberg defende definição de metas no encontro Rio+20

### Wellington Dias apoia revisão de dívidas do pequeno produtor

### Requião critica nova previdência para servidores federais



Geraldo Magela/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado



Proposta da Câmara deve ser votada nesta quarta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e já recebeu parecer favorável do relator, Inácio Arruda, que aponta sobrepeso na população brasileira

## Projeto reserva até 5% dos assentos para obesos

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) pode votar nesta quarta-feira a garantia de assentos especiais para pessoas obesas em eventos culturais e esportivos e em veículos de transporte público. Do deputado Manoel Junior (PMDB-PB), o PLC 132/11 prevê a reserva de pelo menos 5% dos assentos para clientes acima do peso.

O deputado afirma existem cerca de 56 milhões de obesos no Brasil, que enfrentam dificuldades ao frequentar eventos ou viajar de ônibus e avião. Muitos não conseguem se acomodar nos assentos. Para buscar resolver o problema, o projeto promove alterações na Lei 10.098/00, que trata de normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pelo texto, os assen-



Nos ônibus, os assentos ficarão reservados até seis horas antes da viagem

tos especiais poderão ser ocupados por outras pessoas se não houver interessados na compra dos bilhetes. É preciso apenas respeitar os prazos sugeridos de até 30 minutos antes do início do espetáculo ou apresentação esportiva; até seis horas antes do início da viagem, no caso de ônibus, barcos e afins; e até 12 horas antes do início da viagem, no

caso de avião.

Segundo o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), 48% das mulheres e 50,1% dos homens com idade superior a 20 anos apresentam sobrepeso no Brasil. O projeto de lei ainda será analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e votado em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

## Comissão vota proteção ao programa nuclear

A criação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) deve ser votada nesta quarta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O relator, Delcídio do Amaral (PT-MS), sugere aprovação de um substitutivo porque vê deficiências e inconstitucionalidades no projeto do Executivo.

Para Delcídio, o PLC 191/10 vai contra a Constituição ao atribuir a responsabilidade pela operação de instalações nucleares também a "organizações estaduais e municipais".

Essas responsabilidades, diz ele, são competência constitucional da União. Quanto ao mérito, o relator argumenta que a proposta não atenderia

os objetivos de segurança do Programa Nuclear Brasileiro.

Delcídio também avalia que o projeto não inova em relação à lei em vigor e que deixa de tratar com clareza as situações de emergência nuclear, incluídas no substitutivo. A proposta ainda seguirá para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), para votação final.

## Especialistas discutem hoje economia da sustentabilidade

Economia da sustentabilidade é o tema de amanhã no ciclo de debates que a Comissão de Meio Ambiente vem realizando como preparação para a Conferência Ambiental Rio + 20.

Participam do debate o presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Mariano Laplane; o diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, Saulo Rodrigues Pereira Filho; o coordenador da Área de Sustentabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Gustavo Luedemann; e o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Shelley de Souza Carneiro.

## Subcomissão vai debater o Fórum Mundial da Água

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é uma das convidadas de audiência pública que a Subcomissão Permanente da Água fará quarta-feira para debater os resultados do 6º Fórum Mundial da Água, realizado mês passado na França. Os países participantes assinaram uma carta de intenção para aumentar o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto. Também foram convidados o presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água, Benedito Braga, e o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

## Segurança pública do Distrito Federal e Entorno abre hoje ciclo de debates

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) discute hoje, às 11h, segurança pública para o Distrito Federal e Entorno. A audiência, requerida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), é a primeira do ciclo de debates sobre alternativas para desen-

volvimento autossustentável e geração de emprego. Nos próximos encontros, serão debatidos educação, saúde, infraestrutura, desenvolvimento sustentável, urbanização, saneamento, mobilidade urbana e déficit habitacional, entre outros.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Segunda-feira

#### Plenário

Sessão de debates

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamento de senadores.

#### CDH

Folha de pagamento

9h Comissão de Direitos Humanos discute a desoneração da folha de pagamento. Entre os convidados, os ministros do Trabalho, Paulo Roberto Pinto; da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; e da Fazenda, Guido Mantega.

#### CDR

Segurança no Distrito Federal

11h Ciclo de debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute segurança pública para o Distrito Federal e sua região integrada. A secretária nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, Regina Miki, está entre os convidados.

### Terça-feira

#### CMA

Economia sustentável

8h30 O presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Mariano Laplane, participa de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente sobre economia e sustentabilidade. Em seguida, a comissão vota projeto que institui tarifa social de água.

#### CAE

Taxa de inscrição para concurso

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto que elimina taxa de inscrição para concurso em instituições federais de educação superior.

#### CE

Escola infantil

11h A comissão examina projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para tratar do funcionamento de escolas infantis durante as férias escolares.

#### CDR

Fundo do Entorno do DF

14h Projeto em análise na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal.

### Quarta-feira

#### Água

Ministra analisa o Fórum Mundial

8h45 Subcomissão Permanente da Água debate os resultados do 6º Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha (França), com a participação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

#### CI

Programa nuclear e assento especial

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota projeto que cria o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e a iniciativa que prevê instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos veículos de transporte público coletivo.

#### CCT

Rádios comunitárias

9h Comissão examina a inclusão do apoio cultural a rádios comunitárias entre os projetos aptos a receber recursos de leis de incentivo e vota 29 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de radiodifusão para vários estados.

#### CCJ

Reforma administrativa

10h Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa, entre outras propostas, projeto que altera o regulamento administrativo do Senado.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cintia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Anteprojeto de Código Penal que será apresentado aos senadores prevê pena de até dois anos de prisão para quem explorar os jogos

José Cruz/Agência Senado



Os juristas que elaboram sugestões de mudança no Código Penal concluíram a proposta sobre jogo do bicho na sexta-feira, apesar de não terem chegado a consenso

## Comissão de juristas defende criminalização dos jogos de azar

A COMISSÃO DE juristas que estuda mudanças no Código Penal vai propor, no anteprojeto que apresentará ao Senado até maio, que os jogos de azar sejam tipificados como crime, em vez de contravenção penal. A pena pela exploração seria de um a dois anos de prisão.

A comissão também vai propor que a Lei das Contravenções Penais seja revogada, com a transposição de alguns de seus artigos para o novo Código Penal. A inclusão dessas propostas no anteprojeto foi decidida durante reunião na sexta-feira.

O presidente da comissão, Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou que os jogos de azar são uma porta aberta para graves crimes, como o tráfico de drogas e os homicídios que os criminosos praticam para “manter seu território”.

Ao concordar com esse argumento, o relator da comissão, o procurador Luiz Carlos Gonçalves, assinalou que tais atividades, que no

começo eram algo quase folclórico, tornaram-se domínio de grandes máfias.

De acordo com o que foi decidido pelos juristas na reunião de sexta-feira, o anteprojeto criminaliza a exploração de todos os jogos de azar que não tiverem autorização legal ou regulamentação.

Essa decisão não foi consensual. O advogado Luiz Flávio Gomes, que também é

membro da comissão, afirmou que é contra a criminalização de qualquer tipo de jogo. Ele argumentou que no Brasil há todo tipo de jogos, alguns inclusive explorados pelo governo.

— Estamos sucumbindo a uma manifestação midiática que associa o jogo ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Há mil formas de pegar o dono do jogo, pois ele

comete crimes tributários e de lavagem de dinheiro, por exemplo. Jogo é jogo, deixem o povo jogar — declarou o advogado.

Atualmente, os jogos de azar estão tipificados como contravenção no Decreto-Lei 3.688/41, mais conhecido como Lei das Contravenções Penais, que a comissão de juristas tem a intenção de revogar.

### Até 15 anos de prisão para crime de terrorismo

A comissão também decidiu propor a inclusão do terrorismo no Código Penal, com pena de 8 a 15 anos de prisão. Como consequência, a Lei de Segurança Nacional seria extinta.

Terrorismo seria causar terror na população ao sequestrar ou manter alguém em cárcere privado; usar ou portar explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos ou outros meios danosos; incendiar,

depredar, saquear, explodir ou invadir bem público ou privado; interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados.

Os juristas ainda consideram terrorismo sabotar ou apoderar-se do controle de comunicação ou transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, escolas, estádios, instalações públicas ou locais de serviços essenciais.

A proposta define que o objetivo do terrorismo é obter recursos para financiar grupos armados contra a ordem constitucional ou forçar autoridades a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe.

Pelo texto, não haverá terrorismo no caso de propósitos sociais e reivindicatórios, “desde que objetivos e meios sejam compatíveis e adequados à sua finalidade”.

### Requião critica a nova previdência dos servidores federais

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou os chamados partidos de esquerda — PT, PCdoB, PSB e PDT — por terem aprovado o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Da tribuna, ele confessou seu desencanto com a política brasileira.

O senador acusou os partidos que aprovaram o Funpresp — entre eles, o PMDB — de ignorarem a crise global e a brasileira. Esses partidos, na avaliação do parlamentar, não perceberam que, nos últimos 30 anos, o país está se desindustrializando com as políticas liberais.

A análise sobre a crise e os partidos de esquerda foi provocada por um comentário da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) de que Requião seria um “rebelde sem causa”, por se opor ao projeto do Funpresp.

Para o senador, os políticos de esquerda cortaram os laços com a ideia de transformação da sociedade brasileira e a grande política foi escoraçada do Parlamento e dos sindicatos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que hoje prevalece a política “de birutas de aeroporto” e também fez críticas à criação do Funpresp.



Requião reage à crítica de Jô Moraes, deputada do PCdoB

Arthur Monteiro/Agência Senado

### ACONTECEU NAS COMISSÕES

#### Último número da revista *Em discussão!*, sobre defesa nacional, já pode ser lido na internet

O último número da revista *Em discussão!*, que trata da defesa nacional, já pode ser lido na internet, no endereço [www.senado.gov.br/emdiscussao](http://www.senado.gov.br/emdiscussao). O tema, resumido no título “Forte, jamais agressivo”, fez parte de uma série de audiências públicas promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Produzida pelo **Jornal do Senado**, a revista é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) para ampliar a divulgação dos debates ocorridos nas comissões da Casa.

O lançamento da revista foi quinta-feira, na CRE, com representantes do Exército, Aeronáutica, Marinha e Ministério da Defesa: vice-almirante Walter Carrara Loureiro, comandante

do 7º Distrito Naval; major-brigadeiro do ar Robinson Velloso Filho, chefe do Estado-Maior do Comando Geral do Pessoal; general de brigada Oscar Henrique Gault Vianna de Lima, diretor de Contabilidade do Exército; e general Júlio de Amo Júnior, chefe da assessoria de planejamento institucional do Ministério da Defesa.

Segundo o presidente da comissão,

senador Fernando Collor (PTB-AL), a publicação retrata em profundidade os debates travados por autoridades e especialistas militares e civis com os senadores acerca dos desafios que o país deve enfrentar nas próximas décadas em termos de defesa nacional.

— Tenho orgulho de apresentar a revista, que apresenta as claras

necessidades de rápido reaparelhamento das Forças Armadas. A conclusão unânime dos participantes das audiências é a de que o Brasil, pacífico por tradição e que sempre pautou sua estratégia pela dissuasão, se tornou alvo de interesse internacional por causa de seus imensos recursos, tanto na Amazônia Verde quanto na chamada Amazônia Azul, a imensa

faixa de mar onde foram descobertas, por exemplo, as reservas de petróleo do pré-sal — disse, adiantando o conteúdo da revista.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou o trabalho realizado pela Comunicação do Senado e lembrou números anteriores da *Em discussão!* que abordaram temas como o *crack* e o projeto do novo Código Florestal.

— É um trabalho comprometido com os interesses nacionais — afirmou.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a revista traz uma cobertura equilibrada, “algo muito importante para o aprendizado” sobre os temas discutidos na Casa.

A próxima edição mostrará os debates do Senado sobre a Rio+20.



Ana Amélia e Eduardo Suplicy participam do lançamento. À mesa, Fernando Collor (D) e Fernando Cesar, diretor da Secs

José Cruz/Agência Senado





Luiz Carlos Katatal (E), Francesco Vialetto, Acir Gurgacz, Anselmo de Jesus, Edilson Alcântara e demais debatedores em audiência pública da CRA em Cacoal (RO)

Guarim Liberto/Gabinete Senador Acir Gurgacz

# Audiência busca resolver problemas da produção de café em Rondônia

Segundo expositores, o estado sofre com escassez de crédito para o financiamento, inexistência de rede de laboratórios de análise de solos, poucas fontes de calcário de qualidade e falta de variedades de café adaptadas à região licenciadas para produção em massa de mudas

AS RAZÕES APONTADAS, durante audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para os problemas enfrentados na última década pela cafeicultura em Rondônia são: falta de variedades de café adaptadas à região amazônica e licenciadas para a produção em massa de mudas, inexistência de rede de laboratórios de análise de solos, insuficiência de fontes de calcário de qualidade, falta de assistência técnica e, sobretudo, escassez de crédito para o financiamento de novas plantações.

A reunião, realizada na sexta-feira em Cacoal (RO), foi conduzida pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), e debateu soluções para a queda na produção de café do estado: de 4 milhões de sacas em

2001, para 1 milhão de sacas em 2011. Gurgacz questionou as razões de Rondônia receber apenas 0,04% dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), visto que a produção do estado representa 5% da nacional.

O diretor do Departamento de Café do Ministério da Agricultura, Edilson Martins Alcântara, afirmou que a falta de acesso a financiamentos pelos agricultores, não só de Rondônia como de vários estados, deve-se basicamente a restrições impostas pelos bancos gestores, oficiais ou privados, baseadas em critérios de avaliação de risco.

— O dinheiro do Funcafé não é carimbado por estado. Há recursos, e eles são repassados pelo governo federal para as instituições financeiras. No

entanto, os produtores brasileiros de classes C, D e E não entram em bancos — disse.

Uma das soluções propostas por Alcântara seria a instituição de um fundo garantidor de preços mínimos para o café, que poderia dar maior segurança às financeiras.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a ampliação da oferta de crédito, sobretudo por meio dos bancos oficiais. Ele considerou inadmissível o Brasil exportar café a preços baixos para países desenvolvidos e importar deles o produto beneficiado a valores muito mais altos.

Sobre a falta de uma variedade de café licenciada para produção de mudas em viveiros, o chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Rondônia

(Embrapa Rondônia), César Augusto Teixeira, comunicou que a Embrapa já deu entrada no processo de registro da primeira planta desenvolvida para cultivo na Amazônia e que ela já alcançou produtividade superior a 110 sacas por hectare. Mais três variedades, acrescentou, devem ser disponibilizadas em três anos.

O secretário de Agricultura e Pecuária de Rondônia, Anselmo de Jesus, informou que o governo estadual está tomando medidas para aumentar tanto a estrutura de laboratórios de análises de solos quanto a oferta de calcário agrícola na região. Segundo ele, uma nova usina de produção de calcário, com capacidade diária de 300 toneladas, deve entrar em funcionamento em breve.

## Rolleberg defende metas de desenvolvimento sustentável

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu, na sexta-feira, a necessidade de estabelecer metas de desenvolvimento durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável — Rio+20. Para o senador, que preside a Comissão de Meio Ambiente, a medida é fundamental para garantir o cumprimento de acordos firmados.

De acordo com Rolleberg, passados 20 anos da conferência Rio-92 poucos compromissos saíram do papel.

— Tivemos uma conferência em 92 que foi avançada. Aprovamos convenções importantes, mas falhamos muito no processo de implementação.

Para tentar estabelecer um processo permanente de acompanhamento dos compromissos, será realizada, de



Metas são essenciais para cumprir acordos entre países, diz senador

15 a 17 de junho, no Rio, a Cúpula Mundial de Legisladores. A reunião, que antecederá a Rio+20, deverá reunir 300 parlamentares de 190 países.

Segundo o senador, esses parlamentares devem se reunir, a cada dois anos, para analisar a implantação das convenções relativas ao desenvolvimento sustentável assumidas na Rio+20.

## Brasil precisa da esquerda para avançar, diz Cristovam

O Brasil deve repensar o conceito de progresso, adotando padrão de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador no campo tecnológico, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador afirmou que o país “precisa de uma esquerda política, não importa de que partido seja”, para conceber e promover transformações. Para avançar, disse, o país depende de políticas capazes de igualar o acesso dos cidadãos a educação, saúde e justiça.

— Não é possível que continuemos tolerando que “cérebros sejam queimados” por falta de dinheiro dos pais ou de escolas boas — observou.

Para Cristovam, não pode ser considerado decente um país em que uma pessoa vive menos por não poder pagar um bom plano de saúde e não tem



Cristovam quer igualar o acesso dos cidadãos a educação, saúde e justiça

acesso à proteção da Justiça se não dispõe de recursos para pagar um bom advogado.

O senador ainda comentou a recente morte de “dois gênios”, Chico Anysio e Millôr Fernandes, “pensadores rebeldes que vão fazer falta ao país; deixaram a mesma lacuna que existe em termos de um pensamento de esquerda engajado com uma nova visão de progresso”.

## Wellington pede solução para pequeno produtor

Wellington Dias (PT-PI) pediu ao governo que renegocie dívidas de pequenos e médios agricultores que contrataram crédito rural entre 1997 e 2001 e não conseguiram honrar os compromissos por conta de problemas climáticos. Ele quer que o Senado encaminhe o apelo aos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

O senador relatou problemas de agricultores que foram prejudicados por secas ou enchentes e hoje, após anos de juros e multas, têm dívidas acima da capacidade de pagamento.

— Temos milhares de agricultores nessa situação, que hoje estão inadimplentes e com risco de perder suas terras e suas moradias.

Wellington pediu que técnicos do governo analisem os casos e deem solução semelhante à adotada para dívidas do crédito habitacional — quando foram consideradas as baixas perspectivas de pagamento e renegociadas dívidas antigas.

O senador citou exemplo de um agricultor que tomou crédito em 1998 no valor de R\$ 6 mil para comprar matrizes de caprinos e ovinos e implantar pastagens. Por falta de chuvas durante dois anos, foi obrigado a vender alguns animais para comprar alimento para os demais, estando hoje sem uma parte do investimento, mas com uma dívida de R\$ 50 mil.

— Ele não tem como pagar e, se seus bens forem executados, nem mesmo o valor da sua propriedade é suficiente para quitar a dívida.

Para Wellington Dias, o país só tem a ganhar com a renegociação das dívidas, pois a medida devolve aos agricultores a capacidade produtiva, elimina custas judiciais com processos de cobrança e, principalmente, evita que milhares de famílias sejam empurradas para a periferia das cidades, demandando ajuda de programas sociais.



Wellington cobra do governo renegociação de dívidas